
“O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”

Este mito, que vem fechar nosso circuito mitológico, tem muito que ver com o primeiro, o mito da unidade lingüística do Brasil. Esses dois mitos são aparentados porque ambos tocam em sérias questões sociais. É muito comum encontrar pessoas muito bem-intencionadas que dizem que a norma padrão conservadora, tradicional, literária, clássica é que tem de ser mesmo ensinada nas escolas porque ela é um “instrumento de ascensão social”. Seria então o caso de “dar uma língua” àqueles que eu chamei de “sem-língua”?

Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles domina a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade. Por outro lado, um grande fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática [pg. 69] tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar.

O que estou tentando dizer é que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. O domínio da norma culta de nada vai servir a uma pessoa que não tenha acesso às tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem

remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam sua vida e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente, a uma pessoa que viva numa zona rural onde um punhado de senhores feudais controlam extensões gigantescas de terra fértil, enquanto milhões de famílias de lavradores sem-terra não têm o que comer.

Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela “suba na vida” é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana.

A violência urbana está intimamente ligada a uma situação social de profunda injustiça, que dá ao Brasil, como eu já disse, o triste segundo lugar entre os países com a pior distribuição de renda de todo o mundo, perdendo apenas para Botswana, um país africano desértico, muito menor e muito menos desenvolvido.

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da [pg. 70] variação lingüística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito.

Como é fácil perceber, o que está em jogo não é a simples “transformação” de um indivíduo, que vai deixar de ser um “sem-língua padrão” para tornar-se um falante da variedade culta. O que está em jogo é a *transformação da sociedade como um todo*, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a “ascensão” social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua.

Por isso eu me pergunto: será que “doando” a língua *padrão* a um indivíduo das classes subalternas ele vai, automaticamente, tornar-se *um patrão*? Não é mera coincidência etimológica o fato de *padrão* e *patrão* serem duas formas divergentes de uma mesma origem comum: o latim *patronus*-, que tem também a mesma raiz de *paternalismo* e *patriarcalismo*.

Valerá mesmo a pena promover a “ascensão social” para que alguém se enquadre dentro *desta sociedade em que vivemos*, tal como ela se apresenta hoje? Basta pensar um pouco nos indivíduos que detêm o poder no Brasil: não são (quando são) apenas falantes da norma culta, mas são sobretudo, em sua grande maioria, *homens*, [pg. 71] *brancos*, *heterossexuais*, *nascidos/criados na porção Sul-Sudeste* do país ou oriundos das *oligarquias feudais do Nordeste*.

Como eu já tinha avisado na abertura do livro, falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito lingüístico e do irmão gêmeo dele, *o círculo vicioso da injustiça social* [pg. 72]